



EDITORIAL

A reforma da Previdência do governo Lula, que ora tramita no Senado, retirando direitos de servidores públicos em benefício do capital financeiro, foi a primeira prova de fogo do movimento das entidades dos servidores públicos em defesa da sua autonomia frente aos partidos políticos e aos governos. Ao mesmo tempo, as esperanças que os trabalhadores depositavam em Lula, pouco a pouco, cederam lugar à perplexidade, pois a equipe econômica negociou com o FMI a continuidade da política financeira anterior, agora com mais rigidez na medida em que o superávit primário subiu para 4,25%, com conseqüências dramáticas para o emprego. A economia em recessão, o desemprego elevado e o arrocho salarial caracterizam a conjuntura atual. Ao lado do pacto com o grande capital, o governo opta também pela subordinação aos grandes trustes internacionais, liberando a comercialização e o plantio dos transgênicos, não implementa a reforma agrária e assiste passivamente à criminalização dos movimentos sociais com mais de uma dezena de presos políticos do MST. Os servidores públicos continuam submetidos à deterioração galopante dos salários, após reajuste de um por cento, e a falta de iniciativa do governo em corrigir as perdas salariais do período FHC. A resposta do governo a esta grave situação é a de acenar com novos 1% ou 2% para o ano 2004 e manter suspensas as mesas de negociação sobre diretrizes de plano de carreira, incorporação de gratificações, autonomia, emprego e verbas para investimento e custeio. Diante deste quadro, o Setor das Federais do ANDES-SN indicou a necessidade de continuar avançando na luta contra o projeto neoliberal em defesa dos direitos dos SPFs, brutalmente atacados na reforma da Previdência. Para isso, é necessário realizar novas manifestações massivas em Brasília e nos Estados, posicionar-se acerca da reforma trabalhista, que poderá acrescentar novas perdas à classe trabalhadora, denunciar a reforma tributária que não penaliza os mais ricos, constituindo-se apenas em instrumento de reajuste fiscal. Cabe-nos, também, promover discussões sobre a reforma universitária anunciada pelo ministro da educação, sobretudo reafirmando os princípios de uma Universidade Pública gratuita e de qualidade.

O ANDES-SN aponta, para o próximo período, a imperativa necessidade de articular-se à luta contra toda e qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores e dos demais segmentos explorados da sociedade, com a firme defesa da recuperação dos salários, da incorporação de todas as gratificações (GAE, GED, GID) e das condições de trabalho dos docentes. Por isso, a mobilização deve continuar com atos em Brasília e nos Estados no final de novembro.

**Em defesa dos direitos sociais e salários,
avançar na luta!**

Participação efetiva deu tom da greve

Faixas, estandartes e muita disposição dos professores e demais servidores públicos foram uma constante nas ruas das principais cidades brasileiras, culminando com a Marcha dos Oitenta Mil à capital federal.

Fotos: Menandro Ramos



Participação ativa dos professores. Foi o que se viu nessa greve contra a reforma da Previdência. Na Assembléia Legislativa, no Bonfim, na Piedade, no Comércio e até no Aeroporto, de madrugada, pedindo aos parlamentares o voto contra a PEC 40 no segundo turno, pôde-se observar aumento significativo da presença e na disposição dos docentes. A APUB esteve representada também nas três marchas a Brasília. Na maior delas, em 06/08, foram 20 os professores que aderiram à caravana rumo à capital federal, para participar das manifestações nacionais. O clic atento do professor Menandro Ramos registrou tudo. Confira nesta edição.



Servidores concentram esforços no Senado

A greve foi suspensa, mas a luta continua. Os servidores federais mantêm a mobilização, com intenso trabalho no Senado, visando a rejeição do texto da reforma da previdência aprovada na Câmara, que recebeu no Senado o nº 67/03. A Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNEF) promove intenso corpo-a-corpo com os parlamentares e debates, com a participação de intelectuais. Os parlamentares foram abordados também por cartas, especialmente depois do anúncio da PEC Paralela —

mais uma manobra do governo para aprovar seu projeto original sem modificações. Com os constantes adiamentos da votação O grande ato público da luta contra a reforma da Previdência aconteceu no Fórum Social Brasileiro, convocado para o início de novembro, em Belo Horizonte (MG). A tônica das manifestações tem sido a exclusão da sociedade e dos servidores da discussão sobre a reforma da Previdência, além da denúncia dos prejuízos que sua aprovação trará ao Estado e aos servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Mulheres são as maiores prejudicadas

O que parece vantagem para as servidoras, transforma-se em prejuízo com a criação dos fundos de pensão. O texto da reforma aprovado pela Câmara mantém a regra de aposentadoria feminina aos 30 anos de contribuição e 55 de idade, enquanto exige, para a masculina, 35 anos de contribuição e pelo menos 60 de idade. Na prática, isso significa que, estabelecidos os fundos de pensão, a contribuição das mulheres para esses fundos será bem maior que a dos homens.

Estudo feito pelo jornal O Globo (26/08) exemplifica o prejuízo com o auditor fiscal da Receita Federal, que chega ao fim de carreira recebendo R\$ 7.510,54. Descontados os R\$ 2.400,00 pagos pelo sistema público,

faltariam R\$ 5.110,54 para a aposentadoria integral garantida aos atuais servidores. Se quisesse manter o salário, o futuro servidor teria que arcar com uma contribuição mensal de R\$ 475,41. Já uma auditora no mesmo cargo teria que desembolsar R\$ 739,15 — 64,32% a mais. A simulação é para um auditor que ingressaria na carreira aos 25 anos e se aposentaria com 60. A auditora, ingressa com os mesmos 25, aposentar-se-ia com 55.

Ainda segundo o jornal, quem entrar no serviço público com salário inferior ao teto de R\$ 2,4 mil, mas se aposentar com salário acima desse valor, mesmo contribuindo com o fundo nos últimos anos da carreira, deve ter prejuízos com o novo sistema.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo da APUB - Associação dos Professores Universitários da Bahia - Seção do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES
Presidência: Antônio da Silva Câmara. Vice-presidente: Ângela Maria de Carvalho Pontes. Secretário-geral: Eduardo Borges dos Reis. Diretoria Financeira: Wilma Cova. Diretoria Administrativa: Menandro Ramos. Diretoria de Relações Sindicais: Paulo Balanco. Diretoria Acadêmica: Luís Felipe Perret Serpa (in memoriam). Diretoria Cultural: José Antonio Saja Neves dos Santos. Diretoria Social: Betty Malin. Diretoria de Divulgação: Lana Bleicher. Diretoria de 1º e 2º graus: Maria Inês Marques. Diretores Suplentes: Arthur Matos Neto, José Petronílio Cedraz, Maria da Graça Druck de Faria. Projeto Gráfico: Menandro Ramos. Jornalista Responsável: Ivone Pinto (DRT-BA 1578) R. Padre Feijó, 49 - Canela, Cep. 40110-170 - Salvador - BA, Telefax: (071) 235-7433 / 235-7286 / 235-7914 apub@apub.org.br - www.apub.org.br - APUB SAÚDE: 331-4387 / 331-4388. Tiragem: 4.000 exemplares.



Princípios aprovados para a luta no Senado

1. Integralidade e paridade para todos os servidores (atuais e futuros). Nesse sentido, reafirmamos a manutenção da integralidade e da paridade, limitados ao teto constitucional atual e ao fim do fator previdenciário;
2. Integralidade das pensões e dos proventos de aposentadoria, porque a taxação de aposentados e pensionistas representa um confisco inaceitável e perverso, uma vez que estes contribuíram com a previdência por toda sua vida;
3. Revogação da Emenda Constitucional 20/98 que, dentre outros, criou o limite de idade para a aposentadoria dos servidores públicos e transformou a contagem de tempo de serviço em tempo de contribuição para todos os trabalhadores dos setores público e privado;
4. Revogação do fator previdenciário, que ou reduz o valor da aposentadoria ou aumenta o tempo de vida laboral dos trabalhadores da iniciativa privada;
5. Manutenção da aposentadoria especial para professores e portadores de doenças previstas na legislação e pela criação de regras para outras categorias com trabalho em áreas ou funções insalubres e perigosas;
6. Manutenção da aposentadoria proporcional e somos contra as regras de desconto de 3,5% do salário dos servidores para cada ano não trabalhado;
7. Aplicação o teto constitucional atual para os salários dos servidores e para os proventos de aposentadoria de servidores e de trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social;
8. Não aumento da idade mínima prevista na PEC 40/03 e defendemos a manutenção das regras vigentes até a revogação da EC-20/98;
9. Não privatização da previdência via fundos de pensão, sejam estes públicos ou privados.

Veja como ficou a "Reforma da Previdência" aprovada pela Câmara dos Deputados



	Como é hoje	Projeto original do governo	Texto aprovado
Valor dos proventos de aposentadorias	Os proventos terão o mesmo valor da última remuneração da ativa.	O valor dos proventos seria calculado pela média dos últimos salários, limitados ao teto de R\$ 2,4 mil.	Os atuais servidores mantêm o direito à integralidade, desde que atendam aos requisitos exigidos (v. abaixo). Para os futuros servidores, o valor dos proventos será calculado segundo as remunerações usadas como base para as contribuições feitas à previdência Social e ao regime único a partir de julho de 1994. As aposentadorias e pensões serão reajustadas segundo critérios estabelecidos em lei.
Requisitos para concessão da aposentadoria integral	Idade mínima: 53 anos (homem) e 48 (mulher) Tempo mínimo de contribuição: 35 anos (homem) e 30 (mulher) Tempo mínimo no serviço público: 10 anos Tempo mínimo no cargo: 5 anos "Pedágio" de 20% sobre o tempo que faltava para o tempo mínimo de contribuição em 15/12/98		Idade mínima: 60 anos (homem) e 55 (mulher) Tempo mínimo de contribuição de 35 anos (homem) e 30 (mulher) Tempo mínimo no serviço público: 20 anos Tempo mínimo na carreira: 10 anos Tempo mínimo no cargo: 5 anos
Contribuição previdenciária dos aposentados	Não existe.	Prevista desconto de 11% para quem ganhava acima de R\$1.058,00.	Institui contribuição de 11% sobre o valor que ultrapassar R\$ 1.440 (para servidores estaduais, o limite de isenção é R\$ 1,2 mil) para os atuais aposentados. Os futuros aposentados contribuirão com o mesmo percentual dos servidores da ativa, incidindo sobre a parcela superior a R\$ 2,4 mil.
Aposentadoria proporcional		Prevista redutor de 5% por cada ano de contribuição ou idade antecipado.	Quem atingir os atuais critérios de aposentadoria até 31 de dezembro de 2005, sofre um redutor de 3,5% para cada ano de antecipação. A partir de 2006, o redutor passa a 5%.
Pensões	Mesmo valor do salário do servidor falecido.	As pensões estavam limitadas a 70% do salário do servidor, desde que não ultrapassasse R\$ 2,4 mil.	As pensões serão integrais até R\$ 2,4 mil. Acima disso, será pago um adicional de 70% sobre o valor excedente.
Fundos de pensão	Não existem.	Obrigatório para todos os atuais e futuros servidores.	Obrigatório para os futuros servidores que possuam salário acima de R\$ 2,4 mil. Opcional para os atuais.
Paridade entre ativos e aposentados	É garantida pela Constituição Federal sobre a íntegra da remuneração.	Não estava assegurada.	O texto não é claro e dá a entender que a paridade existirá apenas quanto ao salário-base (cerca de 1/4 do salário docente hoje é formado por gratificações).
Teto previdenciário	Não existe. O valor dos proventos de aposentadoria é igual ao do último salário da ativa. A Constituição prevê teto para o salário.	Prevista que o teto seria R\$ 2,4 mil para os atuais e futuros servidores.	Os atuais servidores permanecem sem teto. Mas os futuros servidores ficam submetidos a um teto de R\$ 2,4 mil.
Abono de permanência			Equivale ao valor da contribuição previdenciária para os docentes que, aptos a solicitar a aposentadoria, permaneçam trabalhando.

Eu vivi a greve

Madrugadas ganhas

"Participar do Comando Nacional de Greve sempre é uma boa experiência. Desta vez, não foi diferente. Estive como delegada na segunda semana após a deflagração da greve contra a Reforma da Previdência, momento em que a esperança de interferir na proposta indecente que o governo tentava impor à nossa classe era muito grande. Esta esperança fazia brotar uma força interior, que nos fazia esquecer o passar do tempo nas reuniões, que, por várias vezes, avançavam a madrugada. No dia seguinte, era preciso acordar cedo porque passaríamos o dia inteiro andando pelos longos corredores da Câmara dos Deputados, entrando de sala em sala, buscando encontrar parlamentares para entregar os textos produzidos sempre a muitas mãos na noite anterior.



Foto: Menandro Ramos

Somos da luta!

"Sem dúvida, a greve dos SPFs deste ano ocorreu em um contexto muito especial. Após os oito anos do governo Fernando Henrique, assistimos à tão sonhada (pelos movimentos sindicais) ascensão de Lula à Presidência da República, apoiado, em grande parte, pelo voto e pelo esforço de campanha dos SPFs. Com tamanha surpresa, logo no início de sua gestão, Lula, o PT e a base aliada do governo investem de forma violenta contra os servidores, não por ter proposto uma reforma no sistema previdenciário, mas por propor uma reforma que, sob nenhum aspecto, seria desejável ao país.

Nesse contexto, a deflagração da greve era a tentativa de poder mostrar ao atual Governo Federal o equívoco que estava cometendo. Com este espírito, mobilizamo-nos enquanto categoria e, o mais importante, conseguimos nos aproximar de outras categorias, em prol do desejo comum de 'tensionar para que a reforma fosse de fato justa'. Diante dos fatos ocorridos em Brasília, como o fechamento do Congresso, o uso da força policial e diversas manobras articuladas pelos representantes do governo na Câmara, tornou-se cada vez mais claro o descontentamento de todos e o desconsolo de outros tantos, que nutriam sua admiração pelo PT e pelo presidente Lula.

Os métodos utilizados pelo Governo Lula para conseguir a aprovação da PEC 40/03 na Câmara deixaram claro a face verdadeira desse governo, que, além de dar continuidade à política econômica entreguista do Governo Fernando Henrique, ainda foi mais longe, usando os mesmos mecanismos de coação já conhecidos da época do extinto regime militar. Para quem esteve em Brasília,

participando das marchas de protesto, como também das assembléias de nossa categoria, fica o sentimento de tristeza, ao perceber que a cada dia o 'medo (do governo) vence a esperança em dias melhores para o Brasil'. Por outro lado, um movimento participativo e unificado, como foi, deixa-nos a certeza de ainda somos da luta e que medo não vencerá nosso desejo de trabalhar por um Brasil melhor."

Francisco de Souza Fadigas, 39, filiado à APUB desde 1993, professor da Faculdade de Agronomia. Participou de caravanas e manifestações em Brasília.

O fechamento da greve

"O momento final de uma greve é muito complexo e requer muita disposição para o debate, no sentido de encaminhar a continuidade em torno do eixo que a deflagrou. Não foi diferente em relação à nossa greve contra a PEC 40. Nos momentos finais, devido à redução crescente dos membros do CNG, todos participavam e trabalhavam com muito empenho em todas as comissões (Secretaria, Imprensa e Infra-estrutura). Porém, mais complexo foi concluir o texto final de análise da greve. Os debates foram acalorados em torno da conjuntura e dos desdobramentos da luta. As discussões vararam a noite e o texto foi concluído por volta das três da manhã. Os destaques ao texto final surgiam e os debates se elevavam ao nível que correspondia à própria greve, que teve mais um teor político de defesa de direitos do que uma greve reivindicatória por salários. Pessoalmente, esta foi uma experiência marcante na minha vida militante e, desde já, coloco-me à disposição da categoria para novas batalhas que vêm pela frente contra o 'saco de maldades', que é essa reforma previdenciária."

Alaor Bastos, 37 anos, filiado à APUB este ano, é professor substituto da Faculdade de Educação. Participou do CNG

O belo espetáculo

"Passados três meses da Marcha a Brasília, ainda tenho na memória, de forma vívida, o belo espetáculo colorido promovido pelos Servidores Públicos Federais contra a PEC 40/03, relativa à reforma da Previdência. Próximo à Catedral, bandeiras projetam admirável sombra na qual se

abrigam um sem número de indignados aposentados. O sol quente e o calor não os fazem amofinar; mais adiante, ruidosos estudantes e professores empunham banners e estandartes nos quais manifestam sua decepção com o governo que ajudaram a eleger. As 700 caravanas de todo o país espalham-se sem cerimônia pela Esplanada dos Ministérios, que, de repente, parece ser pequena para abrigar tanta gente. Apitos estridentes disputam a audiência com ruidosos carros de som. Ao longo da calçada, sem uma grande angular, tento em vão enquadrar o desmarcado contingente policial. Mesmo assim, não desisto. Saio clicando a torto e a direito.



Foto: Menandro Ramos

A receptividade dos companheiros, o respeito às opiniões, o enriquecimento político e a cumplicidade no momento de colocar em prática os planos traçados naquele Comando já faziam valer a pena o trabalho assumido. Entrar no plenário da Câmara no dia da votação da proposta do relator foi um desafio, mas conseguimos e levamos as nossas bandeiras de protestos para mostrar a todos o nosso descontentamento com as manobras daquelas pessoas que acreditávamos ser os nossos representantes. A proposta foi aprovada na Comissão e, neste momento, retornamos para o Comando Local de Greve com muito mais força para continuar a luta no primeiro turno."

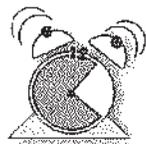
Ângela Maria Pontes, 49 anos, vice-presidente da APUB e filiada desde 1981. É professora da Faculdade de Farmácia há 24 anos. Foi delegada no CNG ANDES.



Foto: Menandro Ramos

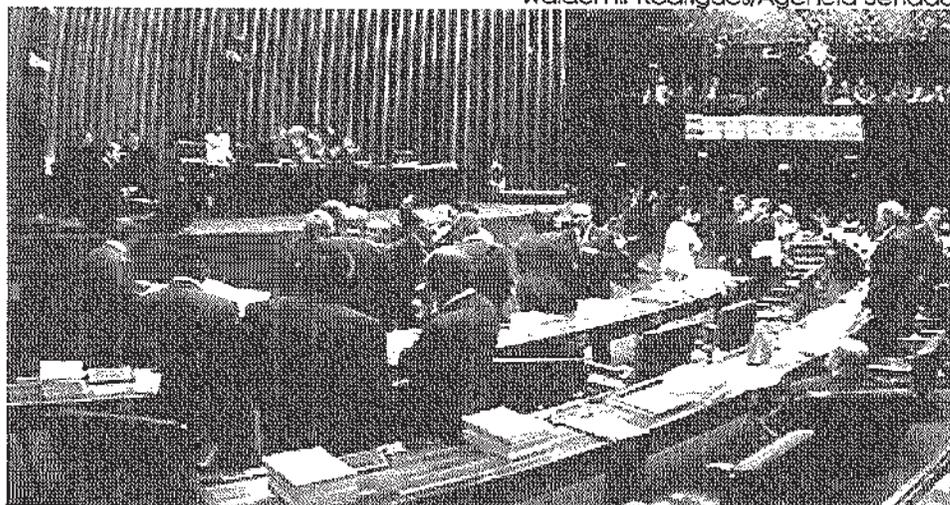
No dia anterior, já havia feito registros inusitados: parlamentares radicais livres sendo perseguidos pela turba, qual pop stars, para deixarem seus autógrafos em camisas e sobras de papel perdidas pelo bolso; enterros simbólicos do atual ocupante do Palácio do Planalto, queima de carteira de filiação partidária e de bandeira do Partido dos Trabalhadores, procissão à luz de vela, despachos e um sem número de manifestações irreverentes. Mais tarde, pude registrar o incidente nas vidraças do Congresso Nacional, tendo como responsáveis indivíduos sem qualquer vínculo com o serviço público e logo depois, pude acompanhar o empenho da mídia empresarial em distorcer os fatos de forma desavergonhada, com vistas, provavelmente, nos polpudos favores do governo. As fotos que fiz, sem dúvida, não igualam à emoção de estar presente - apenas dão uma vaga idéia do belo espetáculo de mais de oitenta mil servidores públicos em defesa dos direitos dos trabalhadores".

Menandro Ramos, 50 anos, é professor da Faculdade de Educação há 23. Registrou os vários momentos da greve em belíssimas imagens. É diretor da APUB.



Senado vota reforma ainda este mês

Waldemir Rodrigues/Agência Senado



A reforma da Previdência (PEC 67/03) vai à votação em primeiro turno no Senado na última semana deste mês. O texto aprovado pela Câmara segue intacto para apreciação pelos Senadores, já que o relator da reforma no Senado, Tião Viana (PTC-AC) rejeitou todas as emendas que alteravam o texto original e aglutinou as restantes na chamada PEC Paralela (PEC 77/03). Esta PEC Paralela já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e deve chegar ao Plenário logo após a votação da PEC 67, segundo informa Viana.

A PEC Paralela tem sete pontos principais: paridade entre aposentados e ativos; isenção da contribuição dos aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes até o limite de R\$ 2.880 e 4.800, respectivamente; redução de cinco anos de contagem do tempo de contribuição para aposentadoria de deficientes físicos; controle social da Previdência; inclusão de donas-de-casa no sistema previdenciário; censo previdenciário periódico; e subteto dos estados.

Pela PEC Paralela, os servidores que se aposentarem com 25 anos de serviço público, 15 anos na mesma carreira e cinco anos no mesmo cargo terão direito à paridade integral em relação aos seus colegas da ativa. Pelas regras da PEC original (nº 67), não existe paridade total para os aposentados e eles só chegarão à inatividade se cumprirem 20 anos de serviço público, sendo dez numa mesma carreira.

Seis por meia dúzia

Em resumo, tanto o texto aprovado na Câmara quanto a PEC Paralela subtraem direitos dos servidores, não garantem a inclusão dos atuais excluídos no sistema nem melhora a vida dos atuais aposentados. A luta dos servidores contra a reforma da Previdência continua, com a realização, semana que vem, de um grande ato em Brasília. A diretoria do ANDES classifica a PEC paralela como "coisa estranha", que não garante quaisquer alterações substanciais no que diz respeito às garantias dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora e, muito menos, a uma proteção social efetiva do Estado. Na verdade, foi fruto de um acordo para garantir a aprovação de uma reforma previdenciária restritiva de direitos e privatizante, beneficiando as empresas de previdência privada e o capital financeiro.

É puro teatro

Analistas acreditam que a PEC Paralela é puro jogo de cena. Após a aprovação da PEC 67, o governo suspenderia sua tramitação, sob o argumento de que a matéria estaria prejudicada. Nos últimos dias, figuras importantes do governo têm dado declarações, assegurando a tramitação completa da emenda. Só não dizem em quanto tempo nem se vão permitir sua aprovação.

No fechamento desta edição, o Senado aprovou a PEC 67/03 sem alterações.

Saudade de Felipe

Felipe Serpa nasceu carioca. Mas se fez baiano nos 20 anos em que viveu por aqui, ajudando a construir história e patrimônio da Universidade Federal da Bahia. Físico por formação, foi acima de tudo um educador. Como educador, um defensor ferrenho da universidade pública e gratuita.

Reitor da UFBA de 1994 a 1998, foi eleito com mais de 70% dos votos da comunidade acadêmica, frutos do respeito e reconhecimento ao trabalho que desenvolvia. Em sua gestão, obteve papel de destaque na ANDIFES, sempre na luta por mais recursos e condições de trabalho para a rede federal de ensino superior — sobretudo para a Universidade que geria. Não foi à toa que recebeu, desta terra, os títulos de cidadão baiano e soteropolitano.



Foto: Menandro Ramos

Serpa nunca perdeu a capacidade de se indignar. E transmitir essa capacidade, ensinado como propagá-la, era uma de suas metas na sua principal obra: a formação de gerações de professores. Por isso também disputou, na última eleição, a Diretoria da APUB, para resgatar a capacidade de luta dessa Entidade, que agora o homenageia. Morre o homem, fica o exemplo. E uma saudade imensa.

Incorporação de gratificações continua na pauta

O Ministério da Educação não tomou nenhuma providência para atender a reivindicação do Movimento Docente, de incorporação das gratificações (GED e GID) ao salário. Foi o que ficou claro na audiência entre ANDES e representantes do MEC, realizada em 17/11. A diretoria do ANDES reiterou a necessidade de atendimento urgente da reivindicação e o MEC concordou em criar um grupo de trabalho, com participação do Ministério do Planejamento, para discussão do tema.

Outro ponto importante da audiência foi o decreto publicado em 20/10 pelo governo, que criou grupo de trabalho interministerial para

analisar e apresentar o plano de reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) já chamada reforma universitária. Para o ANDES-SN, o decreto representa grave ameaça à autonomia das universidades federais, garantida pelo art. 207 da Constituição. "O plano de ação dessa Comissão Interministerial prevê a instituição de medidas que interferem nas estruturas regimentais das IFES, em sua gestão e em seus aspectos organizacionais, administrativos e operacionais. Isso é muito preocupante", afirmou o diretor Antônio Luiz Andrade. Outro ponto polêmico do decreto é a exclusão da comunidade acadêmica da discussão.

Demonstrativo de despesas da greve



Aluguel Apart Hotel - Brasília	2.000,00
Caminhada ao Bonfim	100,00
Camisas, cartazes e faixas	6.094,95
Caravanas a Brasília	15.936,75
Carro de som	1.460,00
Comando Nacional de Greve	7.554,40
Combustível	472,92
Compra computador	1.735,00
Compra microfone	110,00
Compra máquina fotográfica	1.753,00
Diárias Delegados	7.400,00
Doação - DCE	280,00
Festa de conagração	1.391,25
Fotocópias	1.684,90
Fotografias	50,00
Fundo fixo (Diversas)	2.916,46
Horas extras com encargos	3.398,18
Hospedagem Delegados	427,47
Hospedagem Parlamentares	143,60
Lançamento Revista ANDES	1.830,52
Material fotográfico	607,50
Passagens	9.154,80
Plenária dos SPFs	40,00
Refeições	392,48
Telefonemas	45,44
Veiculação - Folha Metropolitana	300,00
Veiculação - outdoor	1.528,22
TOTAL	69.772,84

Greve mudou dinâmica da comunicação

Endereço: http://www.apub.org.br/Forum_destaque/fd/index_090803.htm

ASSISTÊNCIA

08/08-16h- Lançamento da Revista Universidade e Sociedade nº 20, com a presença do Prof. Edmundo Dias, no auditório do CAR/UFBA

12/08-14h30-Assembleia Geral Permanente - Faculdade de Arquitetura/UFBA

AGENDA
Agenda da Greve

MARCHEMOS
Marcha a Brasília Participal

COMANDO DE GREVE

Panelaço e ocupação
Para que as reformas não maculem a esperança da nova geração (fotos)



COMUNICADOS DO COMANDO NACIONAL DE GREVE

Nota do CUT aos deputados

Princípios do CUT6 para a reforma da Previdência

Nota das Conselheiras Superiores da UFBA

Entenda a tramitação das Emendas Constitucionais

Nota da Associação Jurídica Nacional sobre o parecer de Pimenta

SINDICATO ANDES NACIONAL

Cerca de mil servidores públicos e familiares ontem, dia 31, mais uma vez foram às ruas de Salvador para protestar contra a reforma da Previdência aí posta, lesiva aos direitos dos trabalhadores.

Concentrados no Campo Grande, às 3:30h,

A greve deste ano produziu também mudanças na comunicação da APUB. De segunda a sexta, com raras exceções, os professores receberam através de e-mail informativo eletrônico com as principais notícias do movimento e agenda de atividades.

O site da APUB também foi

modificado. Com nova cara, ganhou fotos e agilidade, além de dezenas de textos que serviram de subsídios à discussão sobre a Previdência. Nas assembleias, foi mantida a tradição de um boletim impresso, com as principais informações dos dias anteriores.



47º Conad rejeita Sinaes

O 47º Conselho das Seções Sindicais do ANDES-SN (CONAD), realizado de 31/10 a 2/11 em Natal (RN), reafirmou o projeto de carreira única do Sindicato Nacional. O CONAD, que reuniu 48 delegados e 108 observadores, rejeitou a proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), recém-lançado pelo governo federal e decidiu centrar o combate contra o projeto diretamente no gabinete presidencial. A luta contra a implantação da ALCA também continua firme e forte. A diretora Inês Marques, professora da Faculdade de Educação da UFBA, foi a delegada da APUB no 47º CONAD. Durante os três dias de debate, ficou claro, pelas análises de conjuntura dos delegados, o "entendimento da base do ANDES

sobre a caracterização do governo Lula como um governo que aprofunda os ajustes estruturais e adota medidas que ferem preceitos constitucionais e retiram direitos sociais", afirma a Carta de Natal, documento final do CONAD. O evento foi precedido de seminário sobre a reforma trabalhista e sindical, que está sendo encaminhada pelo governo central, em ritmo acelerado. O Plano de Lutas atualizado reafirmou as reivindicações do Movimento Docente, em defesa dos salários e da carreira, dos direitos sindicais, dos serviços públicos de qualidade, da seguridade social, da educação pública com garantia de dotação orçamentária adequada às necessidades dos trabalhadores e do povo.

Por uma CUT combativa

Outro ponto importante da discussão foi o papel da CUT no atual governo e a adoção de posições e atitudes que conflitam com os interesses dos trabalhadores. Ficou decidido que todas as Seções Sindicais devem amadurecer essa discussão, no sentido de garantir a unidade da Central e manter sua combatividade. "A Central Única dos Trabalhadores está chamada a desempenhar seu papel historicamente afirmado de defesa das reivindicações dos trabalhadores", convida a Carta de Natal.

O documento final do CONAD esta disponível no site www.apub.org.br.

ANDES não participa de fóruns governamentais

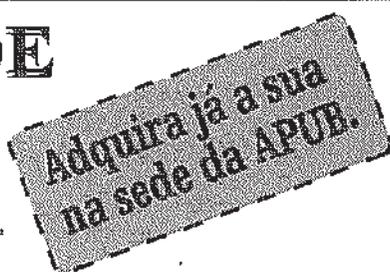
O CONAD decidiu que o ANDES não deve participar de fóruns do governo que, pretensamente tripartites, "constroem falsos consensos entre trabalhadores, capital e governo. Se os fóruns tripartites, em governos anteriores, configuravam-se como desvantajosos, colocando patrões e governos contra os trabalhadores, hoje nos confrontamos com o agravante de que os organismos de luta estão sendo cooptados para desempenharem papel de coadjuvantes no aprofundamento de políticas destruidoras de direitos". Na avaliação do Conselho, o objetivo de tais fóruns é "diluir a força dos sindicatos na defesa das reivindicações, em fóruns governamentais ou não-governamentais, facilitando ao capital a sua tarefa de manter seus lucros absurdos à custa de perdas de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores".

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

a revista do ANDES

Política, educação, economia, entrevistas, ensaio fotográfico, arte e muito mais.

Também à venda em CD-Rom com a coleção do nº 01 ao 24.



Processo ameaça mandar docentes para regime geral da Previdência

O governo FHC retirou 45 direitos dos servidores federais. Pelo jeito, Lula quer ultrapassar a marca do antecessor. Porque não conseguiu acabar com a aposentadoria integral para os atuais servidores, o Planalto autorizou a Procuradoria Geral da República (PGR) a ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) contra o Regime Jurídico Único (RJU). A ADIn é para declarar inconstitucional o artigo 273 do RJU, que determinou a transposição dos servidores celetistas para o novo regime único, criado por determinação da Constituição Federal de 88. O fundamento é que a

Constituição Federal exige concurso público para investidura em cargo ou emprego público o que não aconteceu com a maioria dos antigos celetistas. Cerca de 560 mil servidores seriam atingidos pela medida. Se procedente a ação, os servidores perdem, sobretudo, direito à aposentadoria integral. E o Estado terá de devolver os valores descontados a maior dos servidores para a aposentadoria e depositar os valores devidos a título de FGTS desde a promulgação do RJU, em dezembro de 1990. Enfim, só haverá prejuízos, com previsão de muita briga na justiça para garantir os direitos dos servidores.

O ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral Eduardo Alckmin não vê inconstitucionalidade no artigo contestado pela PGR. Para o jurista, a própria Constituição previu o ingresso e a admissão dos servidores que já estavam no serviço público há mais de cinco anos. "Se a Constituição já lhes dava o direito de pertencer ao serviço público, a lei apenas fez uma mera mudança de regime previdenciário", comentou o advogado em entrevista à imprensa. Segundo o Correio Brasiliense (23/08), um ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça teria caracterizado como "erro bárbaro" o fundamento da ADIn, assinada por Cláudio Fonteles.

Fundos de pensão são facultativos

Embora a PEC 40 estabeleça o teto de R\$ 2.400 para as aposentadorias, a instituição de um regime de previdência complementar é facultativa. Ou seja, só serão criados se o governo quiser e serão regulados através de lei ordinária bem mais fáceis de ser aprovadas pelo Legislativo. Até que a lei seja promulgada, vale a regra da média das contribuições do servidor, sem o corte do teto de R\$ 2.400.

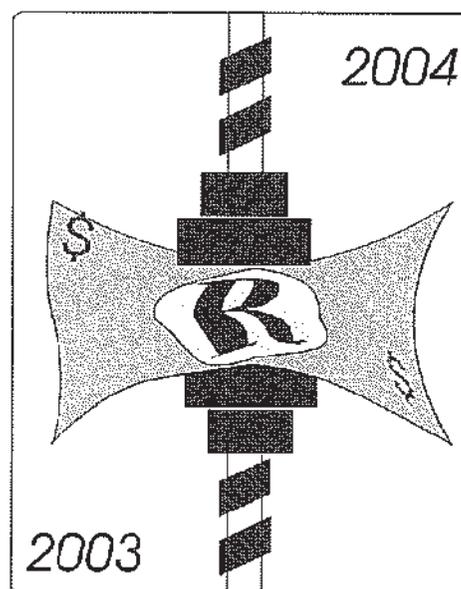


RJU unificou regime dos servidores

O Regime Jurídico Único dos Servidores da União (RJU) foi promulgado em dezembro de 1990, porque a Constituição Federal de 88 determinou a unificação dos regimes de trabalho no serviço público. Antes dele, os servidores eram regidos pelo revogado Estatuto dos Funcionários Públicos da União (Lei 1.711/52) ou pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o que significava direitos diferentes para trabalhadores que exerciam funções idênticas. O artigo 273 do RJU, contestado pela Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo procurador Cláudio Fonteles, estabelece que os dois grupos ficam submetidos ao novo regime.

Antes do Regime Jurídico Único, a maioria dos servidores públicos federais eram contratados pela CLT, vinculados ao Regime Geral da Previdência Social. Com a nova lei, todos passaram a ser estatutários: perderam o direito ao FGTS, mas ganharam estabilidade. Deixaram de contribuir para o INSS, com teto de contribuição, e passaram a contribuir com 11% sobre o salário bruto, sem limite, para ter direito à aposentadoria integral. É esta aposentadoria integral que o governo pretende atingir com a "reforma da Previdência" e, agora, com a ADIn.

Arrocho deve continuar no próximo ano



As propostas do governo para o Orçamento de 2004 e o Plano Plurianual 2004-2007 (PPA) indicam a manutenção do arrocho salarial até o final do governo Lula. Os recursos destinados para o reajuste geral dos servidores civis no próximo ano permitem um aumento máximo de 3,5%, abaixo

da inflação. Em agosto, o governo tinha anunciado que o índice ficaria em torno de 7%.

As projeções dos anos seguintes também não prenunciam possibilidade de recuperação salarial, ao contrário do prometido durante a campanha presidencial. Até 2007, de acordo com o PPA, as despesas com pessoal da União devem cair de 4,82% do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,31%.

Novas contratações

De positivo para a categoria, o Orçamento 2004 prevê verbas para a contratação de 41.080 novos servidores nas diversas áreas, para substituir terceirizados. As carreiras mais beneficiadas são a Seguridade Social e Trabalho e a Educação e Esportes, que devem ganhar 16.822 novos trabalhadores.

A APUB esteve lá

Fotos: Menandro Ramos

Movimento foi o que não faltou na última greve. Em Salvador e em Brasília, os servidores federais estiveram a postos para tornar pública a sua luta em defesa da Previdência.

